



Turgot: a dimensão política do econômico Comentários sobre o verbete “Feiras e Mercados” da Encyclopédia

*Turgot: The Political Dimension of Economics
Comments on the Entry “Fairs and Markets” from the Encyclopédie*

*Turgot: La dimensión política de lo económico
Comentarios sobre la entrada “Ferias y Mercados” de la Enciclopedia*

Jose Miguel Arias Neto¹

ID [0000-0002-7247-1296](#)

Resumo: Este artigo apresenta a tradução do verbete *Foire et marchés pour l'Encyclopédie* de Anne Robert Jacques Turgot, ou simplesmente Turgot e realiza alguns comentários sobre o mesmo, tendo por objetivo refletir acerca do nascimento da teoria liberal das modernas relações internacionais.

Palavras-chave: Turgot. Feiras e Mercados. Liberalismo. Relações Internacionais.

Abstract: This article presents the translation of the entry *Foire et marchés* from the *Encyclopédie* by Anne Robert Jacques Turgot, or simply Turgot, and offers some comments on it. The objective is to reflect on the birth of the liberal theory of modern international relations.

Keywords: Turgot. Fairs and Markets. Liberalism. International Relations.

Resumen: Este artículo presenta la traducción de la entrada *Foire et marchés* de la *Encyclopédie* de Anne Robert Jacques Turgot, o simplemente Turgot, y realiza algunos comentarios al respecto, con el objetivo de reflexionar sobre el nacimiento de la teoría liberal de las relaciones internacionales modernas.

Palabras-clave: Turgot. Ferias y Mercados. Liberalismo. Relaciones Internacionales.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Professor Associado e Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL e do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões da Universidade do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. Lattes: [4096402583066476](#) - E-mail: jneto@uel.br.

Este texto apresenta uma tradução do verbete *Foire et marches pour l'Encyclopédie* de Anne Robert Jacques Turgot, ou simplesmente Turgot e realizar alguns comentários sobre o mesmo, tendo por objetivo refletir acerca do nascimento da teoria liberal das modernas relações internacionais e suas implicações no mundo moderno.

Feiras e Mercados, como outros textos de Turgot, é representativo do momento histórico em que tem início a elaboração de uma teoria do funcionamento sistêmico da economia. Se foram os fisiocratas que pela primeira vez formularam essa concepção sistêmica, Turgot pode ser considerado um dos seus fundadores. Além disto, se podemos encontrar em Locke uma teoria da conquista colonial, em Turgot e nos fisiocratas⁷, encontramos princípios articuladores das novas relações globais tais como a ideia de *utilidade* e da *oferta e da procura* como fundamentos para o estabelecimento do valor dos produtos em um mercado em constante expansão, o que no século XIX redimensionou as relações entre os países centrais, e entre esses e suas colônias. Voltemos, pois, nossa atenção aos fisiocratas e, em especial, a Turgot.

No verbete *Fisiocratas* publicado no *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* (Furet & Ozouf, 1989, p. 710-717), Pierre Rosanvallon (1989, p.710) indaga acerca da influência das teses da fisiocracia sobre os homens de 1789. A resposta a tal questão é positiva em um sentido bastante específico: “[...] a conjugação dos princípios econômicos liberais com o apego às estruturas da terra” constituiu, segundo ele, um “[...] quadro paradoxal e ambíguo da modernidade política na França”, caracterizado pela concepção “[...] de uma correção de uma sociedade individualista pelas virtudes do enraizamento campesino” (Rosanvallon, 1989, p. 716). A despeito disso, Rosanvallon observa que os constituintes de 1789 nunca deixaram de manifestar uma grande hostilidade para com os fisiocratas. De acordo com ele: “[...] e só se fala de Quesnay e de seus discípulos qualificando-os, com desprezo, de ‘seita’ ou de ‘partido econômista’” (Rosanvallon, 1989, p. 710). Poder-se-ia imaginar que pesaria na mente dos constitucionais, entre outras questões, as reformas liberais propostas por Anne Robert Jacques Turgot (1727- 1781), quando ocupou o ministério das finanças em 1774. No entanto, melhor sorte não teve o sucessor Necker, cuja proposta de reformas – em tudo oposta ao projeto de Turgot pois fundado em doutrina intervencionista – também naufragou por oposição do próprio Luís XVI. Curiosamente, no entanto, Rosanvallon, não inclui Turgot na passarela pela qual desfilam os mestres fisiocratas, o que

conduz à algumas indagações: por que Turgot não foi considerado neste grupo? Não seria o ex-ministro um fisiocrata de pura estirpe? Em recente artigo sobre Turgot, publicado na revista *Mises* intitulado *O Brilhantismo de Turgot*, Murray N. Rothbard (2015) parece concordar com a visão dos constitucionais de 1789 acerca dos fisiocratas e aparta, ao menos parcialmente, nosso autor, daquele grupo. Afirma Rothbard (2015, p. 188): “A clareza e lucidez de Turgot espelham as virtudes de seu pensamento, contrastando, de maneira vívida, com a prosa prolixia e túrgida da escola fisiocrata”.

Essas considerações provocam, para além da indagação acerca das relações de Turgot com os fisiocratas, outras questões. Por exemplo, a obra de Marx intitulada *Teoria da mais-valia (os fisiocratas)*, publicado no Brasil pela editora Globo em 1978, agrega o texto *Reflexões acerca da formação e distribuição das riquezas* de Turgot, até onde sei, a única publicação em português deste trabalho. No texto da Mais-Valia, Marx (1978, p. 50) observa que

É Turgot que expõe com maior amplitude a doutrina fisiocrática. Turgot foi o primeiro que considerou o produto, o dom da natureza, como mais-valia. Esse autor explica a obrigação que o trabalhador tem de ceder o produto excedente depois de garantir seu salário fazendo notar que existe uma solução de continuidade entre o trabalhador e as condições de trabalho, posto que estas pertencem com toda a propriedade à classe que comercia com elas.

Assim, na interpretação de Marx e dos marxistas em geral, Turgot teria sido uma espécie de “precursor” da teoria da mais-valia, e a própria encartação das “*Reflexões*” ao lado do texto de Marx na publicação de 1978 atesta esta convicção. Por outro lado, Rothbard (2015, p. 188), em sua profunda admiração pelo barão de l’Aulne, observa que “[...] sua compreensão da teoria econômica era imensamente maior que a deles (fisiocratas) e o tratamento que deu a questões tais como capital e juros mal foram superadas até hoje”. Diante destas interpretações distintas, até mesmo díspares, como abordar a obra de Turgot?

Do ponto de vista metodológico, Claude Lefort (1978, p. 157) afirma que a questão que incide sobre a obra de pensamento surge “[...] necessariamente na prática da interpretação e cruza outras questões mais familiares concernindo os motivos, o método e o ponto de vista ou a situação do intérprete”. Nesse sentido, explorar o espaço da obra através do discurso crítico que suscita seria uma das vias para atender a esse projeto. Em outras palavras, trata-se de tentar compreender o autor e seu texto como produto de uma determinada historicidade que, em diálogo com seu tempo, integra e produz ele próprio essa

historicidade. Assim, para compreender, ou tentar compreender o alcance das formulações de Turgot é fundamental tentar acompanhar seu raciocínio e o diálogo que estabelece com seu tempo, bem como as correspondências que estabelece com outros pensadores e agentes históricos, contribuindo para a construção de determinada cultura política, no caso a liberal.

Em primeiro lugar, destacamos que – filho de família aristocrática – Turgot fez carreira na administração real, participou do movimento enciclopedista e foi ocupado homem de negócios. Conforme Rothbard (2015, p. 188):

Grande parte de seu tempo livre era gasto na leitura e escrita não de Economia, mas de História, Literatura, Filologia e Ciências Naturais. Suas contribuições à Economia foram breves, dispersas e escritas de modo apressado. Foram doze peças, no total de apenas 188 páginas.

A produção mais notável foi exatamente o texto das *Reflexões* – ao qual retornaremos - com 50 páginas no original e 70 na tradução brasileira. Por ora, cabe destacar que propomos aqui a tradução e o comentário do verbete *Feiras e Mercados* (*Foire et marchés*) publicado na *Encyclopédia* em 1757 e não incluído na *Encyclopédia* publicada no Brasil pela editora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) (2015), - afinal de contas, uma respeitável coletânea de verbetes selecionados entre os mais de setenta mil textos da obra original. Agradecemos imensamente a Profa. Laura Tadei Brandini do Departamento de Letras Estrangeiras (Francês) da Universidade Estadual de Londrina que, quando procurada para revisar nossa tradução, ofereceu-se a realizar a tradução ela mesma, gratuitamente. Assim, passamos à tradução de *Foire et marchés pour l'Encyclopédie* - retirado do *Institut Coppet*, onde pode ser consultado o original francês². Os grifos são do original.

*

Turgot, artigo Feiras e Mercados para a *Encyclopédia*³

FEIRA, s. f. (Comércio e Política). Esta palavra que vem de *fórum*, praça pública, em sua origem foi sinônimo de *mercado*, e ainda é em alguns aspectos: tanto um, como o outro significam um conjunto de *mercadores* e de *compradores* em lugares e tempos determinados; mas a palavra *feira* parece apresentar a ideia de um conjunto mais numeroso, mais solene e,

² Ver: [Institut Coppet](#).

³ Tradução de Laura Taddei Brandini, docente do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Estadual de Londrina.

consequentemente, mais raro. Esta diferença, que chama a atenção ao primeiro olhar, parece ser determinante ordinariamente no uso da aplicação dessas duas palavras; mas ela mesma provém de uma outra diferença, menos evidente e, por assim dizer, mais radical entre essas duas coisas. Vamos desenvolver essa ideia como segue. É evidente que os mercadores e os compradores não podem se juntar em determinados tempos e lugares sem um atrativo, um interesse que compense ou até mesmo ultrapasse as despesas de viagem e de transporte de víveres. Sem esse atrativo cada um ficaria em sua casa: quanto mais ele for considerável, mais os víveres suportarão longos trajetos, mais o conjunto dos mercadores e dos compradores será numeroso e solene, mais o distrito de que esse conjunto é o centro poderá ser ampliado. O curso natural do comércio é suficiente para formar esse conjunto, bem como para aumentá-lo até certo ponto. **A concorrência dos vendedores limita o preço dos víveres** e o preço dos víveres, por sua vez, limita o número de vendedores. Com efeito, como todo o comércio deve alimentar aquele que o empreende, é preciso que o número das vendas compense o mercador em relação à modicidade dos lucros tirados sobre cada uma delas e que, consequentemente, o número dos mercadores seja proporcional ao número atual de consumidores, de modo que cada mercador corresponda a um certo número destes. Isto posto, suponho que o preço de uma mercadoria seja tal que para sustentar o comércio seja necessário vender para o consumo de trezentas famílias. É evidente que três cidades em cada uma das quais só haverá cem famílias só poderão sustentar um único mercador dessa mercadoria. Este mercador provavelmente se encontrará em uma das três cidades onde o maior número de compradores poderá se juntar mais comodamente, ou com menos gastos, porque esta diminuição de gastos fará preferir o mercador estabelecido na cidade àqueles que seriam tentados a se estabelecer em uma das duas outras. Mas várias espécies de mercadorias estarão verossimilmente no mesmo caso e os mercadores de cada uma dessas mercadorias se reunirão no mesmo lugar, pela mesma razão da diminuição dos gastos, e porque um homem que precisa de duas espécies de víveres prefere fazer somente uma viagem para comprá-los, ao invés de fazer duas. É realmente como se pagasse menos por cada mercadoria. O lugar que se tornou o mais considerável por esta reunião dos diferentes comércios cada vez mais confirma sua posição, pois todos os artesãos que desenvolvem tipos de trabalhos que não os mantêm no campo, todos os homens a quem a riqueza permite o ócio, juntam-se ali para buscar as comodidades da vida. **A concorrência entre os compradores**

atrai os mercadores pela esperança de vender; estabelecem-se vários compradores para a mesma mercadoria. A concorrência entre os mercadores atrai os compradores pela esperança de um bom preço e ambos se fortalecem mutuamente, até que a desvantagem da distância compense para os compradores distantes pelo bom preço da mercadoria produzida pela concorrência, e até mesmo pelo uso e pela força do hábito, que incrementam o atrativo do bom preço. Assim se formam naturalmente diferentes centros de comércio e *mercados*, aos quais respondem tantas regiões ou bairros mais ou menos extensos, segundo a natureza dos víveres, a facilidade mais ou menos grande das comunicações e o estado da população mais ou menos numerosa. E esta é, para dizer rapidamente, a primeira e mais comum origem dos burgos e das cidades. A mesma razão de comodidade que determina o conjunto dos mercadores e dos compradores em certos lugares também o determina em certos dias, quando os víveres são excessivamente vis para aguentar longas jornadas de transporte e que a região não é povoadas o bastante para fornecer compradores para um conjunto suficiente e diário. Esses dias se fixam por um tipo de convenção tácita e a menor das circunstâncias já basta para isso. O número de dias de viagem entre os lugares mais consideráveis das redondezas, tais como a vizinhança de algumas festas, alguns prazos de pagamentos habituais, todos os tipos de solenidades periódicas, enfim, tudo o que reúne em alguns dias um certo número de homens se torna o princípio de estabelecimento de um mercado nesses mesmos dias, uma vez que os mercadores sempre têm interesse em buscar compradores e reciprocamente. Mas é preciso que não haja mais do que uma distância bastante pequena para que este interesse e o bom preço produzido pela concorrência sejam contrabalanceados pelas despesas de viagem e de transporte dos víveres. Não é, portanto, de forma alguma, ao curso natural de um comércio animado pela liberdade, que se deve atribuir essas grandes feiras, onde as produções de uma parte da Europa se reúnem com grandes despesas e que parecem ser o local do encontro das nações. O interesse que deve compensar essas despesas exorbitantes não vem da natureza das coisas, mas resulta de privilégios e isenções acordados ao comércio em alguns lugares e em alguns tempos, ao passo que ele está sobrecarregado em toda a parte, no exterior, por taxas e impostos. Não surpreende que o estado de dificuldade e humilhação habitual no qual durante muito tempo o comércio se encontrou em toda a Europa tenha determinado o conjunto com violência nos lugares onde foi oferecida um pouco mais de liberdade. Foi assim que príncipes, concedendo isenções de impostos, estabeleceram

muitas feiras em diferentes partes da Europa e é evidente que estas devem ser ainda mais consideráveis quando o comércio nos tempos ordinários é mais sobrecarregado de impostos. Uma feira e um mercado são, portanto, um conjunto de mercadores e compradores em lugares e tempos determinados. Mas nos mercados, vale o interesse recíproco que os vendedores e os compradores têm para procurarem uns aos outros; nas feiras, é o desejo de aproveitar certos privilégios que forma este conjunto: de onde se depreende que deve ser bem mais numeroso e solene nas feiras. **Mesmo que o conjunto natural do comércio seja suficiente para estabelecer mercados, aconteceu, como consequência deste princípio infeliz, que durante muito tempo a administração do Comércio tenha infectado quase todos os governos.** Trata-se da mania de conduzir tudo, regular tudo e nunca confiar nos homens para defenderem seus próprios interesses. Aconteceu, estou dizendo, que para estabelecer os mercados, fizeram com que a polícia interviesse. Fizeram com que se limitasse o número sob o pretexto de impedir que eles se prejudicassem mutuamente. Fizeram com que se proibisse a venda de algumas mercadorias em alguns lugares, para além de certos lugares designados, seja pela comodidade dos funcionários encarregados de receber os impostos com os quais elas são taxadas, seja porque se quis assujeitá-las às formalidades de visita e de marca e que não se pode colocar escritórios em todos os lugares. Não se pode apreender muito bem todas as ocasiões para combater este sistema fatal à indústria, haverá mais de uma na *Encyclopédia*. As feiras mais famosas da França são as de Lyon, Bordeaux, Guibray, Beaucaire, etc. Na Alemanha, são as de Leipzig, Frankfurt, etc. Meu objetivo aqui não é, em hipótese alguma, fazer uma lista, nem expor em detalhes os privilégios ofertados por diferentes soberanos, seja para as feiras em geral, seja para algumas feiras em particular. Eu me limito a algumas reflexões contrárias à ilusão bastante comum que faz com que algumas pessoas citem a grandiosidade e a extensão do comércio de algumas feiras como prova da grandiosidade do comércio de um Estado. Sem dúvida uma feira deve enriquecer o lugar onde ela acontece e fazer a grandiosidade de uma cidade em particular. E quando toda a Europa sofria presa aos entraves multiplicados pelo governo feudal, quando cada cidadezinha, por assim dizer, formava uma soberania independente, quando os senhores, fechados em seus castelos, só viam no comércio uma oportunidade para aumentar a renda, submetendo a contribuições e a pedágios exorbitantes todos aqueles que a necessidade forçava a passar pelas suas terras, não é de se duvidar que aqueles que primeiro

foram suficientemente esclarecidos para sentir que abrindo mão de um pouco do rigor dos impostos seriam mais do que recompensados pelo aumento do comércio e do consumo, logo viram os lugares de residência enriquecerem, aumentarem de tamanho, tornarem-se mais belos. Não há dúvida de que quando os reis e os imperadores tiveram sua autoridade bastante aumentada por terem retirado das taxas cobradas por seus vassalos as mercadorias destinadas às *feiras* de algumas cidades que eles pretendiam favorecer, estas cidades se tornaram necessariamente o centro de um comércio muito grande e viram crescer seu poder junto com suas riquezas. Mas desde que todas essas pequenas soberanias se reuniram para formar um só grande Estado sob um único príncipe, se a negligência, a força do hábito, a dificuldade de reformar os abusos quando até mesmo se pretende fazê-lo e a dificuldade de se pretender fazer isso levaram a que se deixasse subsistir as mesmas dificuldades e os mesmos impostos locais, bem como os mesmos privilégios que haviam sido estabelecidos quando cada província e cada cidade obedeciam a diferentes soberanos, não é singular que este efeito do acaso tenha sido não somente louvado, mas imitado como obra de uma política sábia? Não é singular que com muito boas intenções e tendo em vista tornar o Comércio florescente, tenha-se também estabelecido novas *feiras*, tenha-se também aumentado os privilégios e as isenções de algumas cidades, tenha-se até mesmo impedido alguns ramos de Comércio de se estabelecerem em províncias pobres, no temor de prejudicarem algumas outras cidades, enriquecidas há muito tempo por estes mesmos ramos do Comércio? E pouco importa que seja Pedro ou Thiago, a região do Maine ou da Bretanha, que fabriquem uma ou outra mercadoria, desde que o Estado se enriqueça e que os franceses possam viver? Pouco importa que um tecido seja vendido em Beaucaire ou no lugar de sua fabricação, desde que o operário receba o valor de seu trabalho? Uma massa enorme de comércio reunida em um lugar e passível de ser capturada em um único golpe de vista tocará de maneira mais sensível os olhos dos políticos superficiais. As águas que foram artificialmente reunidas em bacias e canais divertem os viajantes que passam pela estalagem de um luxo frívolo: mas as águas que as chuvas dispersam uniformemente na superfície dos campos, que somente as ladeiras conduzem e distribuem em todos os vales para formar as fontes, levam a todos os lugares a riqueza e a fecundidade. Será que pouco importa que seja feito grande comércio em uma determinada cidade e em um determinado momento se este comércio momentâneo só é grande pelas mesmas causas que dificultam o Comércio, e que tendem a diminuí-lo em um



Jose Miguel Arias Neto

Turgot: a dimensão política do econômico

Comentários sobre o verbete “feiras e mercados” da Encyclopédia

outro tempo e outra extensão do Estado? Diz o magistrado cidadão ao qual devemos a tradução de Child, e ao qual a França talvez deva, um dia, a destruição dos obstáculos que foram colocados diante do progresso do Comércio buscando favorecê-lo: “é preciso jejuar durante o ano inteiro para comer bem em alguns dias? Na Holanda não há feira, mas toda a extensão do Estado e o ano todo formam somente, por assim dizer, uma feira contínua, pois o comércio está sempre lá e em todo o lugar de forma igualmente fluorescente”. Diz-se: “O Estado não pode ficar sem renda; é indispensável, para atender às suas necessidades, taxar as mercadorias: entretanto, não é menos necessário facilitar o escoamento de nossas produções, principalmente no exterior, o que não pode ser feito sem baixar os preços tanto quanto for possível. Ora, concilia-se esses dois objetos indicando lugares e tempos de isenção, onde o preço baixo das mercadorias convida o estrangeiro e produz um consumo extraordinário, ao passo que o consumo habitual e necessário fornece suficientemente para a renda pública. A própria vontade de aproveitar esses momentos de graça dá aos vendedores e aos compradores um entusiasmo que a solenidade dessas *grandes feiras* aumenta ainda mais por uma espécie de sedução, de onde resulta um aumento na massa total do Comércio”. Estes são os pretextos que são alegados para sustentar a utilidade das *grandes feiras*. Mas não é difícil de se convencer de que se pode, por meio de arranjos gerais, e favorecendo igualmente todos os membros do Estado, conciliar com muito mais vantagem os dois objetos que o governo pode propor. Com efeito, como o princípio consente em perder uma parte de seus impostos e a sacrificá-los em nome dos interesses do Comércio, nada impede que fazendo com que todos os impostos sejam uniformes, ele diminua sobre o total a mesma soma que consente em perder. O ato de retirar os impostos das vendas para o exterior, deixando-os subsistir nos consumos internos, será até mesmo muito mais fácil de realizar isentando de impostos todas as mercadorias que saem; pois, enfim, não se pode negar que nossas *feiras* não forneçam para uma grande parte de nosso consumo interno. Nesse sistema, o consumo extraordinário que se faz no tempo das *feiras* diminuirá muito. Mas é evidente que a moderação dos impostos nos tempos ordinários tornará o consumo geral muito mais abundante, com esta diferença: no caso do imposto uniforme, mas moderado, o Comércio ganha tudo o que o princípio quer sacrificar a ele. Ao contrário, no caso do imposto geral mais forte com isenções locais e momentâneas, o rei pode sacrificar muito e o Comércio não ganhar quase nada, ou, o que é a mesma coisa, os víveres baixarem de preço muito menos do que os impostos diminuem, e

isso porque é preciso subtrair da vantagem que dá esta diminuição as despesas com transporte dos víveres necessário para aproveitá-las, a mudança de estadia, os aluguéis dos lugares de *feira* ainda encarecidos pelos monopólios dos proprietários, enfim, o risco de não vender em um espaço de tempo bastante curto, e de ter feito uma viagem longa de pura perda. Ora, sempre é preciso que a mercadoria pague todas as suas despesas e todos os seus riscos. Está, portanto, longe de ser exato que o sacrifício dos impostos do princípio seja tão útil para o Comércio pelas isenções momentâneas e locais, quanto seria uma moderação leve sobre a totalidade dos impostos; é preciso tanto que o consumo extraordinário aumente pela isenção particular, quanto que o consumo diário diminua pela sobrecarga habitual. Acrescentamos que não há isenção alguma particular que não dê espaço para fraudes para se aproveitar delas, para dificuldades novas, para multiplicações de comissários e inspetores para impedir essas fraudes, apenas para puni-los, acarretando nova perda de dinheiro e de homens para o Estado. Concluímos que as *grandes feiras* nunca são úteis o bastante para compensar o prejuízo causado pela dificuldade que elas engendram; e que muito longe de ser a prova do estado florescente do Comércio, elas só podem existir, ao contrário, nos Estados onde o Comércio está passando por dificuldades, sobrecarregado de impostos e, consequentemente, medíocre.

*

Antes de adentrarmos ao verbete propriamente dito, algumas observações acerca do projeto enciclopedista são necessárias.

Entre 1751 e 1775, respectivamente os anos de seu aparecimento e de sua conclusão, a *Encyclopédia* foi publicada em 36 volumes, dos quais 8 de ilustrações, contando com mais de setenta mil verbetes. Ambicioso projeto organizado por Diderot e D'Alembert, tinha por objetivos principais ser um espaço de reunião dos conhecimentos sobre a humanidade, de modo a preservá-los e transmiti-los às gerações posteriores que a tomariam como ponto de partida para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Mas a *Encyclopédia* era, simultaneamente, campo de discussão, isto é, *locus* de questionamento das ideias consagradas e da proposição de novas ideias e soluções para o tempo presente. Reuniu, assim, pensadores diversos e às vezes opostos entre si, mas com a finalidade última de realizar uma intervenção social de modo a promover o progresso da humanidade. A *Encyclopédia* se desdobrou em duas temporalidades: no presente e no futuro como espaço de memória das produções da

humanidade, e como instrumento de intervenção pedagógica para ilustração social. Como Diderot (2015, v. 1, p. 329) explicou em 1765:

Graças a nossos trabalhos, os que vierem depois de nós poderão ir mais longe. [...] Nossa principal objetivo era reunir as descobertas dos séculos precedentes. [...] Caso uma revolução cujo germe se forma talvez em algum canto ignorado da Terra, ou é tramada secretamente no centro dos países civilizados venha a eclodir com tempo, destruindo as cidades, dispersando novamente os povos e trazendo de volta a ignorância e as trevas, e um só exemplar completo dessa obra for preservado, nem tudo estará perdido.

E, completando o raciocínio, ainda observou que “[...] a instrução geral pode avançar com um passo tão rápido que, dentro de vinte anos, não haverá em mil de nossas páginas uma só linha que não seja popular! (Diderot, 2015, v. 1, p. 329).

Na organização dos conhecimentos, o projeto considerou as ciências a partir da sua diversidade, ao contrário do cartesianismo anterior que as organizava a partir de um tronco comum, cuja metáfora era a imagem da árvore. A *Encyclopédia* organiza os conhecimentos a partir de uma perspectiva relacional, evidenciando a diversidade, a complexidade dos saberes um em relação aos outros (Souza, 2015, p. 20).

Ordenados de modo alfabético, cada verbete situa o leitor no quadro dos conhecimentos. Durante a leitura ele se depara com remissões que indicam verbetes com afinidades, complementares ou que contradizem o primeiro. Os verbetes indicados, podem trazer novas remissões e promover uma trajetória de leitura com configurações imprevistas (Souza, 2015, p. 20).

Esse ideal de construção de um repositório dos conhecimentos, de um lugar de discussão e que, ao mesmo tempo, promovesse a ilustração geral, reuniu pensadores que partilhavam de uma concepção naturalista e que em sentido amplo, promovia o questionamento da ordem feudal, do absolutismo monárquico e do primado do divino sobre a vida humana. Exatamente por isso os enciclopedistas foram perseguidos e a própria *Encyclopédia* foi censurada durante determinado período. É fundamental notar, conforme observa Souza (2015, p. 16), que se trata, portanto, de um projeto intelectual e político que é resultante das condições históricas concretas do seu tempo, como também é ele mesmo parte destas condições.

Turgot tem uma produção intelectual, que faz jus à sua fama de aluno prodígio no Seminário de *Saint-Suplice*. A despeito de ter se formado clérigo, optou, como vimos, pelo

caminho da administração pública. Em 1750, proferiu, em latim, na Sorbonne, o discurso intitulado *Tableau philosophique des progrès successifs de l'esprit humain* e, em 1751, publicou entre outros textos um *Plan de deux Discours sur l'Histoire Universelle*. Seis anos mais tarde, publicou seis verbetes na *Encyclopédia*: etimologia, existência, expansibilidade, feiras e mercados, fundação e línguas. Percebe-se por esta listagem os interesses amplos de Turgot, que só aparentemente indicam uma dispersão. De fato, eles são coerentes com sua ideia de história universal, segundo a qual

O homem, como os animais, sucede a outros homens dos quais ele recebe a existência, e vê, como eles, seus semelhantes espalhados pela superfície do globo que habita. Mas, dotado de uma razão mais ampla e de uma liberdade mais ativa, seus relacionamentos com eles são muito mais numerosos e variados. Possuidor do tesouro dos signos que teve a capacidade de multiplicar quase infinitamente, pode garantir a posse de todas as suas ideias adquiridas, comunicá-las aos outros homens e transmiti-las aos seus sucessores como uma herança que se amplia constantemente. Uma combinação contínua de seus progressos com as paixões e com os eventos que elas produziram, forma a História do gênero humano, onde cada homem não é mais do que uma parte de um todo imenso que tem, como ele, sua infância e seus progressos (Turgot, 1751, *tradução minha*).⁴⁵

A história universal é, portanto, a história do progresso da espécie, da capacidade de construção de signos e ideias comunicáveis que compõem uma herança acumulativa universal. É instigante perceber aqui a proximidade com a Ideia de História Universal de Immanuel Kant, publicada quatro anos mais tarde, que também pensava a história como esse progresso da humanidade em um sentido moral fundado na “insociável sociabilidade humana” que criava uma tensão, um *páthos* impulsor da evolução. É, fundamental sublinhar que essa perspectiva de um progresso universal vai se desdobrar sobre o pensamento econômico de Turgot (aquele produção rala e apressada), gerando formulações verdadeiramente originais na medida em que está impregnado desta ideia de universalidade, isto é, de que o progresso humano é relacional e expansivo. Está, portanto, lançada o que

⁴ Original: L'homme, comme les animaux, succéde à d'autres hommes dont il tient l'existence, et il voit, comme eux, ses pareils répandus sur la surface du globe qu'il habite. Mais, doué d'une raison plus étendue et d'une liberté plus active, ses rapports avec eux sont beaucoup plus nombreux et plus variés. Possesseur du trésor des signes qu'il a eu la faculté de multiplier presque à l'infini, il peut s'assurer la possession de toutes ses idées acquises, les communiquer aux autres hommes, les transmettre à ses successeurs comme un héritage qui s'augmente toujours. Une combinaison continue de ses progrès avec les passions et avec les événements qu'elles ont produits, forme l'*Histoire du genre humain*, où chaque homme n'est plus qu'une partie d'un tout immense qui a, comme lui, son enfance et ses progrès. *Plan de deux Discours sur l'Histoire Universelle*.

⁵ Disponível em: ELIOHS. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

seria a base de uma teoria das relações internacionais, que ele desdobrou nos textos “econômicos”.

O verbete *Feiras e Mercados*, é marcado por esta concepção de progresso, representando o mercado um avanço sobre as feiras no que tange ao desenvolvimento da riqueza, tendo por base a liberdade. Os privilégios, as corporações, os impostos e todas as regulações existentes entravam a circulação de bens, obstruindo a ampliação da riqueza social. Estão lançadas aí as ideias básicas do seu plano de reformas como Ministro das Finanças vinte e três anos mais tarde: abolição das guildas e corporações, das taxas e privilégios, fontes do empobrecimento geral e da mediocridade econômica e do estabelecimento de um imposto único sobre a agricultura - fonte única da produção da riqueza. Mas em 1774, estas concepções corporativas e regulatórias eram hegemônicas entre a maioria dos franceses e, representavam um entrave ao aperfeiçoamento do Estado visto que a constituição do exercício do monopólio fiscal era um dos elementos centrais à consolidação deste.

Como nota Grespan (2003), Turgot fora influenciado pelos ingleses que Marx consideraria mais tarde como fisiocratas, dentre eles, William Petty, entre outros. O espírito do século seria o da liberdade comercial, mas as bases sociais e econômicas do pensamento inglês são completamente diferentes da situação francesa, o que produziu um hiato (*gap*) entre a proposta de Turgot e a realidade na qual atuava. Ainda assim, como se pode perceber também, Tugot nunca abriu mão desta perspectiva reformista, modernizante e progressista, que fez com que ele superasse os fisiocratas em suas formulações.

Publicado sete anos antes do famoso *Tableau Économique* de François Quesnay (1758), tido como obra fundamental da Fisiocracia, já se percebe no verbete *Feiras e Mercados* o caráter sistêmico e expansivo do desenvolvimento econômico: quanto maior a liberdade comercial, maior o desenvolvimento geral. Não é ao acaso que ele contrapõe a França à Holanda onde “[...] não há feira, mas toda a extensão do Estado e o ano todo formam somente, por assim dizer, uma feira contínua, pois o comércio está sempre lá e em todo o lugar de forma igualmente florescente”. A ideia, portanto, de uma circulação sistêmica e expansiva não é, afinal, um privilégio do *Tableau* de Quesnay, mas por assim dizer, uma criação coletiva daqueles “economistas” tidos como esotéricos em 1789.

O verbete *Feiras e Mercados* deve ser considerado não apenas como a exposição de novos conhecimentos “econômicos”, mas como o “lugar privilegiado” para lançar-se a um projeto político de reformas necessárias ao desenvolvimento social. Era assim que Turgot considerava o projeto encyclopédico, isto é, como espaço privilegiado de combate ao antigo sistema corporativo e de estabelecimento do *laissez-faire, laissez-passé*. Ele observa no *verbete que*:

[...] nos mercados, vale o interesse recíproco que os vendedores e os compradores têm para procurarem uns aos outros; nas feiras, é o desejo de aproveitar certos privilégios que forma este conjunto: de onde se depreende que deve ser bem mais numeroso e solene nas feiras. Mesmo que o conjunto natural do comércio seja suficiente para estabelecer mercados, aconteceu, como consequência deste princípio infeliz, que durante muito tempo a administração do Comércio tenha infectado quase todos os governos. Trata-se da mania de conduzir tudo, regular tudo e nunca confiar nos homens para defenderem seus próprios interesses. [...]. **Não se pode apreender muito bem todas as ocasiões para combater este sistema fatal à indústria, haverá mais de uma na Encyclopédia** (grifos meus).

Assim, do ponto de vista de uma história universal, o mercado não é resultante de uma evolução natural, mas produto de uma construção promovida por um grupo de homens, por uma classe, através de um processo de lutas e de conflitos. Assim, para além de interpretações mais triviais sobre esse conjunto de ideias ou de autores, não faz sentido a diferenciação entre “precursores”, “fundadores” etc., – pensamento de uma historiografia pragmática que busca causas e consequências dos acontecimentos humanos. O que presenciamos é o surgimento neste período da *Economia Política* como ciência e como programa de mudanças no contexto geral de construção de um “novo regime” fundado na liberdade, resultante de um empreendimento coletivo, isto é, de uma classe que propugnava o Liberalismo como fundamento de um novo tempo na história. Em suma de um processo de transformação social que concerne à economia, à política, à linguagem, à ciência e aos costumes, às relações entre estados. Essas relações – fundadas na liberdade comercial – adquirem um caráter concorrencial por um lado e, por outro, levam à busca de reenquadramento e constrangimento das relações com as colônias, na medida em que estas são integrantes dos “mercados metropolitanos” em posição subordinada. As reformas pombalinas, são um exemplo claro dessas novas relações (Maxwell, 1996).

Para destacar a novidade que representou o pensamento de Turgot basta lembrar que Adam Smith publicou sua *Riqueza das Nações* em 1776, isto é, vinte e cinco anos após a

publicação de *Feiras e Mercados*, dezoito anos após o *Tableau Économique* de Quesnay e dez anos após Turgot publicar as *Reflexões*.

Já é tempo, portanto, de nos debruçarmos sobre o texto das *Reflexões* para acompanhar os desdobramentos do pensamento de Turgot e de suas implicações neste processo de construção de um novo regime e de uma nova concepção sobre as relações internacionais.

No frontispício da edição brasileira consta a informação de que, segundo Dupont de Nemours, o texto das *Reflexões* foi produzido por Turgot para instruir dois chineses que viviam na França e foram enviados à sua pátria, com uma pensão do Rei para manter uma correspondência que propiciasse o conhecimento da literatura e das ciências chinesas (Turgot, 1978, p. 121). Em suma o texto de Turgot serviria como modelo para instruir os chineses de modo a colocá-los em “[...] condição de responderem devidamente às questões que concerniam ao cultivo, seus meios, seus investimentos, seus produtos, a população que os dividia e os diferentes trabalhos que lhes davam prosseguimento (Turgot, 1978, p. 121). Tratava-se, portanto, de instruções que tinham por fim ensinar aos chineses *traduzirem a sua cultura* para os franceses nos termos por estes formulados, o que, se por um lado revela essa vontade de conhecer segundo determinado método que tornasse inteligível a vida chinesa para os europeus, por outro realiza um processo de apropriação do Oriente pelo pensamento ocidental.

No total o texto de Turgot possui cem capítulos desiguais, sendo que alguns se parecem mais como aforismos e outros mais longos onde desenvolve uma argumentação mais detalhada. Partindo como, de resto, todos os “economistas” do período do princípio da *escassez* visa demonstrar como ampliar e expandir a produção das riquezas.

Fiel ao esquema de Quesnay, para Turgot a produção agrícola – e isto é compreensível nos quadros de uma sociedade não industrial – é a fonte da riqueza, ou melhor dizendo é a *única atividade* que gera riqueza, constituindo o fundo dos salários pagos a todos os demais membros da sociedade. O artesanato e o comércio, não produzem riqueza: o primeiro limita-se a transformar os produtos da terra em bens, como o vinho, roupas e sapatos; o segundo faz com que esses circulem. Ambos – artesãos e comerciantes - recebem apenas pelo trabalho realizado não havendo geração de renda. Esta proposição vincula-se diretamente à teoria do valor em Turgot, que é dado pelo valor do trabalho somado à percepção utilitária

dos vendedores e compradores de mercadoria, ou seja, dependerá fundamentalmente da escassez de determinado produto. Em outras palavras, do jogo entre oferta e procura dos bens. Diferentemente, as terras sempre foram distribuídas desigualmente e, aqueles que “chegaram por último” se apropriaram das piores terras ou a eles apenas sobrou a possibilidade de “vender” o seu trabalho como forma de subsistência. Assim a renda da terra, que Turgot denomina produto *líquido* – conceito chave da fisiocracia – é composta pelo rendimento da terra, descontados os salários dos trabalhadores, o aluguel das terras (no caso dos arrendatários que pagam aos proprietários) e o fundo de reserva que garante os investimentos para um novo ciclo produtivo. O fruto do aluguel das terras é usado para a aquisição de bens necessários – e neste caso a *necessidade* é um segundo conceito chave da fisiocracia e de resto da *Economia Política* - à vida e que entram no jogo da composição do valor dos bens. É este mecanismo que constitui o que posteriormente Marx vai denominar mais-valia. Segundo ele, Turgot foi o primeiro a identificar o fenômeno. Da renda da terra, o proprietário, ou agricultor, retirava sua subsistência, os investimentos para reprodução de um novo ciclo produtivo e os salários dos trabalhadores. Ora o produto líquido então era composto por um excedente resultante do trabalho realizado e não pago já que os salários garantiam única e exclusivamente a sobrevivência do trabalhador. Esse excedente era, portanto, apropriado e comercializado no mercado.

Observa Turgot (1978, p. 125) no capítulo VI, que

O simples trabalhador, que só pode contar com seus braços e habilidades obtém apenas o que consegue vender aos outros com o próprio esforço. Este seu esforço vende-o mais ou menos caro, mas esse preço mais ou menos alto não depende apenas dele: resulta do acordo que o trabalhador fez com aquele que paga seu trabalho. Este lhe paga o menos caro possível; como pode escolher entre um grande número de trabalhadores, prefere aquele que trabalha ao mais baixo preço. Os trabalhadores são, portanto, obrigados a baixar o preço em porfia de si. Em todo gênero de trabalho, deve suceder e sucede, com efeito, que o salário do trabalhador limita ao que lhe é necessário para sua subsistência.

Marx incorporou essas ideias à sua própria definição de capitalismo. No famoso capítulo XXIV do Livro I de *O capital* – a assim chamada acumulação primitiva de capital, considera a mais-valia como trabalho realizado e não pago e destaca como a expropriação do trabalhador de seus meios de trabalho propiciaria a formação de um exército industrial de reserva de mão-de-obra. Por outro lado, Marx, se refere a este tipo de narrativa – como a de Turgot - quando denuncia a *Economia Política* por produzir um relato idílico acerca das

origens do capitalismo, excluindo de seus textos a apropriação violenta e bárbara que para Marx caracteriza neste momento, o processo de separação do trabalhador dos seus instrumentos produção e a formação de uma camada de homens livres, que só possuem a força de trabalho para vender no mercado aos proprietários dos meios de produção bem como a exploração colonial decorrente da expansão dos mercados.

Mas há outros elementos no texto das *Reflexões* que evidenciam o quanto Turgot avançou para além dos quadros das teorias fisiocratas. Em primeiro lugar, no capítulo XVII, ao tratar das relações entre os produtores e não produtores (artesãos e outros estipendiados) ele observou:

O proprietário não tem nada a não ser pelo trabalho do cultivador, recebe dele sua subsistência e aquilo com que paga os trabalhos dos outros estipendiados. *Precisa do cultivador* pela necessidade de ordem física, em virtude da qual a terra absolutamente não produz sem trabalho [...] (Turgot, 1978, p. 131).

Turgot chegou no limiar da definição da *Economia Política*: a passagem é muito clara. Não é a terra a fonte de renda como querem os fisiocratas, mas sim o trabalho. A passagem (capítulo XVII) é também elucidativa de uma outra questão que diferencia Turgot dos ingleses que o precederam: “[...] o cultivador precisa do proprietário apenas em virtude das convenções humanas e das leis civis que asseguram aos primeiros cultivadores e a seus herdeiros a propriedade das terras que haviam ocupado, mesmo quando pararam de cultivá-las” (Turgot, 1978, p. 131).

As formulações de Locke sobre esta questão são totalmente diversas. Para ele a propriedade é fruto do trabalho e base da constituição do governo civil. Em outras palavras a propriedade se radica ontologicamente no homem, que por esta via, é alçado à dignidade da participação política em um governo de proprietários. Turgot, neste sentido, rompe também com um certo jusnaturalismo na medida em que vislumbra que é no *processo produtivo* que se formam as classes e que a propriedade é garantida pelo *jus civilis*. Assim o governo civil *antecede* a propriedade e tem por função a sua proteção. Esta talvez seja um fator distintivo do liberalismo inglês e francês. Por esta via também se percebe que, ao contrário de Locke que está colocando em questão a monarquia absoluta na Inglaterra, as ideias de Turgot - assim como a maioria dos demais enciclopedistas - ao questionar as monarquias europeias

preconizam muito mais um conjunto de reformas que ficou conhecimento como reformismo ilustrado, do que uma revolução.

Dos capítulos XX a XXVII, Turgot trata das diferentes formas de extração do rendimento da terra. A sua análise adquire uma profundidade que parece encontrar paralelo somente em Marx. De fato, é a Turgot e não a Marx que remonta o entendimento de uma “época histórica” a partir das relações sociais que engendram determinada forma de produção da riqueza, no caso em questão, da renda da terra.

É verdade que nestes capítulos Turgot desenvolve uma trajetória circular partindo do presente (capítulo XX) para a ele retornar (capítulo XXVII). Mas isto somente para evidenciar que o cultivo da terra por trabalhadores assalariados contratados pelo proprietário é, pelo que é possível supor, inviável nas condições “atuais da França” especialmente por não haver “[...] grande população e falta de emprego [...]” que forcem os trabalhadores se contentarem com salários muito baixos”. Além disto, o cultivo assim concebido é extremamente inconveniente ao proprietário quer seja porque exige a assiduidade do mesmo na terra, quer contrate um administrador que também pode lhe enganar (Turgot, 1978, p. 132).

No capítulo XXI Turgot (1978, p. 133) aborda a forma escravista de cultivo das terras, que considera “[...] muito má, que infelizmente foi muito comum nos séculos de barbárie, e que, para vergonha do gênero humano, existe ainda em muitos países que não são nem esclarecidos e nem civilizados”. É verdade que Turgot prolonga a escravidão antiga – advinda da captura de prisioneiros de guerra - aos tempos modernos (séculos XVI e XVII) e se não diferencia estes processos é porque sua análise está centrada no progresso das formações sociais em processo de civilização. Os países bárbaros encontram-se, por assim dizer, “fora da história”, remanescentes estáticos de um mundo sem mudança. Já nos países em desenvolvimento a escravidão não pode subsistir. Esta visão dual que opõe o movimento, o desenvolvimento capitalista, e, portanto, a história, às sociedades estáticas sem história é uma concepção arraigada no pensamento europeu acerca do despotismo oriental que percorre o pensamento filosófico e político adentrando de modo inequívoco nas formulações da *Economia política*. Marx ainda que de modo distinto, pois vai entender a escravidão moderna como elemento fundamental do desenvolvimento do capitalismo, desenvolve imprecisamente o conceito de “modo de produção asiático” aplicando-o experimentalmente à Índia e à China,

mas também ao Egito e às sociedades indígenas americanas (Lefort, 1978, p. 211-251; Anderson, 2004, p. 461-548). Ambos, contudo, concordam que, onde não há desenvolvimento capitalista, não há história⁶.

Por outro lado, não se pode deixar de observar que estas formulações pavimentam o caminho para os conflitos interestatais referentes à abolição do tráfico negreiro e da própria escravidão que tanto caracterizou as relações entre as potências no século XIX, uma vez que foi se consolidando a ideia – Turgot foi um dos formuladores - de que a escravidão era incompatível com uma economia de livre mercado.

No capítulo XXII ele esclarece que, quando os homens se reúnem em grandes sociedades, “[...] os novos aumentos de escravos deixam de ser tão abundantes para atender ao consumo que deles faz a agricultura. E posto que se substituía o trabalho dos homens pelo dos animais, adveio um tempo em que as terras não mais podiam ser cultivadas pelos escravos” (Turgot, 1978, p. 136). Conservou-se neste tempo, somente a escravidão doméstica.

Neste esquema, a “escravidão da gleba” sucede a “escravidão propriamente dita” e é substituída pela vassalagem, tornando-se assim, o antigo escravo em proprietário livre “[...] sob o nome de fazendeiros ou de vassalos e os antigos proprietários, sob o nome de senhores que mantinham somente o direito de exigir o pagamento da renda a que tinham direito e o cumprimento dos deveres por parte dos vassalos, assim se passaram as coisas na maior parte da Europa” (Turgot, 1978, p. 136-7).

As duas formas finais são o colonato e a locação das terras. Para Turgot a locação é o método mais vantajoso, mas só poderia se estabelecer em países já ricos, com cultivadores capazes de investir o necessário à realização da produção, somente pagando o aluguel das terras ao proprietário durante um número fixo de anos. Para ele, nas províncias do norte da França, a Picardia, a Normandia e nos arredores de Paris, as terras foram cultivadas por estes fazendeiros locadores e, por isso mesmo, são regiões mais ricas e mais bem cultivadas que as províncias do Midi (Turgot, 1978, p. 138-9).

Essa evolução, encontra sua realização no processo da passagem da subjetividade do valor dos produtos no plano individual – mediante a necessidade – à ideia de valor médio

⁶ Quesnay considera a China como um vasto império sujeito à uma ordem estável por essência. Despotismo da China (Muller, 2020, p. 219-245).

estabelecido pelo confronto entre vendedores e compradores no mercado. Em outras palavras, o valor médio seria estabelecido pela oferta e pela procura de determinado produto ou bem. Assim se daria também com as terras e os demais ramos das atividades econômicas. São os metais – o ouro e a prata – que vão constituir por excelência a moeda que permitirá a realização das trocas, ainda que sejam eles mesmos também uma mercadoria. Os metais “em si” não são nem o valor e menos ainda o conjunto da riqueza das nações. Ao contrário, eles constituem elemento da “equivalência das trocas”, isto é, funcionam como representação de valor que se constitui na relação comercial, isto é, no processo de *circulação*. Os metais, portanto, em especial a prata, representam ao final, o *produto líquido* que deve retroalimentar todo o funcionamento do sistema econômico, promovendo o progresso e o desenvolvimento:

[...] o cultivo das terras, as fabricações de todos os gêneros e todos os ramos do comércio circulam numa massa de *capitais* ou de riquezas mobiliárias acumuladas que, tendo sido inicialmente investidas pelos empresários em cada uma dessas diferentes classes de trabalhos, devem lhe retornar na todo ano com um lucro constante, a saber, o capital para ser novamente aplicado e investido no prosseguimento dos mesmos empreendimentos e o lucro para a subsistência [...] dos empresários. É esse investimento e esse reembolso contínuo que constituem essa circulação da prata, útil e fecunda que anima todos os trabalhos da sociedade, que mantém o movimento e a vida no corpo político e que se tem com muita razão comparado à circulação do sangue no corpo animal (Turgot, 1978, p. 164).

Verifica-se, portanto, que para Turgot o funcionamento sistêmico da economia é a base do corpo político nacional e internacional. Para ele, portanto, a relação entre os estados deve ter fundamento na livre concorrência econômica.

Considerando que a prata como produto pode ser investido na produção ou pode ser emprestada a juro, conforme a situação e a maior remuneração do capital. Ele observa então que o juro corrente da prata pode ser “[...] considerado uma espécie de termômetro da abundância ou da raridade dos capitais no seio de uma nação, e a extensão dos empreendimentos aos quais pode se dedicar” (Turgot, 1978, p. 182).

Assim, se o juro da prata é de cinco por cento, todos os negócios cujo rendimento não seja de, no mínimo cinco por cento, ficarão paralisados. Por outro lado, se na nação vizinha o juro é de dois por cento, “[...] ela realizará não somente todos os comércios dos quais a nação do juro de cinco por cento se acha excluída, como os fabricantes e negociantes estabelecerão suas mercadorias a preços mais baratos bem como todas as coisas – como o preço dos transportes – não permitirão que o comércio seja conservado na nação onde a prata vale cinco por cento” (Turgot, 1978, p. 182).

Em suma, Turgot retoma e completa aqui, o raciocínio desenvolvido no verbete *Feiras e Mercados*. Em se tratando de estimular o comércio e, ao mesmo tempo, garantir a renda do Estado, ele argumenta que o princípio deve estabelecer um imposto moderado e até isentar as mercadorias vendidas no exterior, uma vez que, com a circulação geral e constante o estado arrecadará mais do que garantindo esses beneplácitos somente em determinados tempos e lugares – as feiras. A consequência seria semelhante ao resultado do juro mais baixo da prata, atraindo para a nação o movimento comercial e transformando-a em um próspero centro de negócios. Em escala ampliada, verifica-se que as atividades produtivas são estimuladas pelo comércio e este, quanto mais livre for, mais rapidamente fará da nação que o pratique o centro dinâmico de uma economia global.

Algumas considerações finais são necessárias

O iluminismo e o liberalismo – a despeito das metáforas (especialmente a da circulação sanguínea) nada têm de natural. Trata-se, como observamos em outro momento, do processo de construção de um “novo regime” – ou mais apropriadamente no caso de Turgot de uma boa reforma no “velho” de modo a adequá-lo ao emergente espírito oitocentista, momento de ápice de uma História Universal concebida com processo civilizatório.

Nesse processo os homens se colocam, como finalidade última, a construção da liberdade. Pelo lado do trabalho e do trabalhador, a ideia de liberdade justifica toda a violência da expropriação, isto é, o que não é dito nos textos dos economistas, mas que, curiosamente, Turgot trata com uma objetividade esclarecedora, a ponto de inspirar Marx a formular a ideia de mais-valia. Por outro lado, a liberdade construída internamente projetando-se para o exterior pode representar uma ameaça de guerras destrutivas, não mais por razões religiosas, mas pela concorrência comercial. Isto porque, e só aparentemente de modo contraditório, o espaço colonial incorporado ao “mercado nacional” defendido por regimes exclusivos, constituía a base – que os Estados preconizavam então – da livre concorrência.

É significativo o fato de Immanuel Kant ter proposto contornar essas ameaças potenciais e reais, projetando para o espaço internacional a ideia da construção de uma federação cosmopolita de nações, no texto da *Ideia de História Universal*, de 1784. Para ele,

somente um acordo entre as nações poderia criar um espaço público internacional em que a guerra fosse minimizada.

Também disruptivo para as relações internacionais em surgimento, foram os conflitos em torno da abolição do tráfico de escravos e do próprio regime escravista. Além disto, as ideias de que as sociedades asiáticas, africanas bem como outros povos das Américas não tinham história, aliadas às concepções racialistas e utilitaristas emergentes, redundaram em políticas coloniais exterministas. Mike Davis denuncia de modo candente, em seu livro *Holocaustos coloniais* (2022, p. 7), que a mortalidade pela fome ceifou entre 30 e 60 milhões de pessoas na Índia, na China e no Brasil no período que vai de 1876 a 1900, e esta foi potencializada pelas políticas utilitaristas que recusaram qualquer tipo de socorro, ou um socorro que garantisse o mínimo vital às vítimas das secas e da fome, enquanto os trens continuavam a transportar para a exportação, os grãos que as nações centrais necessitavam para manter o equilíbrio comercial. As cenas horripilantes da fome na Índia, descritas por Davis a partir das fontes do período, fez dos agentes ingleses no subcontinente “[...] a personificação da economia do livre mercado como máscara do genocídio colonial” (Davis, 2022, p. 37).

Uma última observação é, ainda, necessária. Como faz notar Maldonado Torres (2010, p. 373),

O que o conceito de modernidade faz é esconder de forma engenhosa, a importância que a espacialidade tem para a produção deste discurso. É por isso que na maioria das vezes, aqueles que adoptam o discurso da modernidade tendem a adotar uma perspectiva universalista que elimina a importância da localização geopolítica. Para muitos, a fuga ao legado da colonização e da dependência é facultada pela modernidade, como se a modernidade enquanto tal não estivesse intrinsecamente associada à experiência colonial.

Assim, tanto Turgot como Kant – dentre outros demonstram que o novo regime – fosse resultado de uma revolução ou da reforma do velho – implicava na articulação entre o espaço político interno e sua projeção para o plano internacional. Neste sentido não é possível compreender o campo das relações internacionais – na paz ou na guerra – sem articular os dois polos dessas relações: a política interna e a política externa dos agentes presentes no espaço público internacional em gestação, articulados com sua experiência colonial, isto é, com a conquista e incorporação de terras e povos à dinâmica do capitalismo em processo de gestação.

Turgot, portanto, vai além da proposição de reformas econômicas no contexto do capitalismo no final do século XVIII. Sua produção intelectual é como um tecido de diferentes cores no qual se entrelaçam economia e política e, portanto, onde desenhou um mapa cultural e geopolítico do mundo oitocentista que permite a compreensão da expansão capitalista e das relações internacionais em suas contradições e violências.

Referências

- Anderson, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Diderot, Denis. Advertência dos editores, 1765. In: Diderot, Denis & D'Alembert, Jean le Rond. **Encyclopédia ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios**. Vol. 1. Organização Pedro Paulo Pimenta & Maria da Graças de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2015. p. 325-332.
- Grespan, Jorge. **Revolução francesa e iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2003.
- Kant, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Lefort, Claude. **As formas da história**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- Locke, John. O segundo tratado sobre o governo. In: Locke, John **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 377-429.
- Maldonado-Torres, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: Santos, Boaventura de Souza (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2010. p. 359-404.
- Marx, Karl. **O capital**. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Maxwell, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- Quesnay, François. Despotismo na China. In: Muller, Leandro André Paes (Org.). **Fisiocracia: textos selecionados**. São Paulo: Editora UNESP, 2020. p. 219-246.
- Rosanvallon, Pierre. Fisiocratas. In: Furet, F. & Ozouf, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 710-717.
- Rothbard, Murray N. O brilhantismo de Turgot I. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, v. 3, n. 1, p. 187-197, 2015.



Jose Miguel Arias Neto

Turgot: a dimensão política do econômico

Comentários sobre o verbete “feiras e mercados” da Encyclopédia

Souza Maria das Graças de. Círculo dos conhecimentos. In: Diderot, Denis e D'Alembert, Jean le Rond. **Encyclopédia ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios**. Organização Pedro Paulo Pimenta e Maria da Graças de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 13-26.

Turgot, Ane Robert Jacques. Reflexões acerca da formação e distribuição das Riquezas. In: Marx, Karl. **Teoria da Mais-valia**: Os fisiocratas. São Paulo: Global, 1978.

Turgot, Ane Robert Jacques. **Foire et marchés pour l'Encyclopédie**. In: [Institut Coppet](#). Acesso em Novembro de 2024.

Turgot, Ane Robert Jacques. **Plan de deux Discours sur l'Histoire Universelle**. In: [ELIOHS](#). Acesso em Fevereiro de 2025.

Submetido em: 01 de março de 2025

Avaliado em: 14 de abril de 2025

Aceito em: 19 de maio de 2025